

INSTRUÇÕES

- 1 Confira se os dados contidos na parte inferior desta capa estão corretos e, em seguida, assine no espaço reservado para isso.

Este Caderno contém **70** questões de múltipla escolha assim distribuídas: **01 a 20** ▶ Língua Portuguesa e Redação Oficial; **21 a 33** ▶ Noções de Informática; **34 a 38** ▶ História do RN e Aspectos Geoeconômicos do RN; **39 a 45** ▶ Legislação do MP do RN; **46 a 65** ▶ Noções de Direito Administrativo e Administração Pública; **66 a 70** ▶ Noções de Direito Constitucional.
- 2
- 3 Quando o Fiscal autorizar, verifique se o Caderno está completo e sem imperfeições gráficas que impeçam a leitura. Detectado algum problema, comunique-o, imediatamente, ao Fiscal.
- 4 Cada questão apresenta quatro opções de resposta, das quais apenas uma é correta.
- 5 Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não adianta pedir esclarecimentos aos Fiscais.
- 6 Utilize qualquer espaço em branco deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
- 7 Os rascunhos e as marcações feitas neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
- 8 A Comperve recomenda o uso de caneta esferográfica, confeccionada em material transparente, de tinta preta.
- 9 Você dispõe de, no máximo, quatro horas para responder às questões de múltipla escolha e preencher a Folha de Respostas das Provas Objetivas.
- 10 O preenchimento da Folha de Respostas é de sua inteira responsabilidade.
- 11 Ao retirar-se definitivamente da sala de provas, entregue ao Fiscal a Folha de Resposta e este Caderno.

Assinatura do Candidato: _____

As questões de número 1 a 16 referem-se ao texto abaixo.

Somos civilizados

Menalton Braff

1º Somos tão civilizados, nós, os brasileiros, que simples questões de boa educação, costume na maioria dos países civilizados, entre nós, têm de se tornar lei para que sejam observadas. E a lei, ah! essa é outra história, a lei atropela indivíduos, que ela não quer e não pode ver.

2º Parece que a boa educação, entre nós, precisa ser empurrada goela abaixo e à força. Às vezes, com marreta, malho, tacape e o que mais for necessário para que desça. Meu amigo Adamastor afirma que estou errado, que um pouquinho de cera já resolve, porque ajuda a escorregar.

3º Bem, com os séculos de experiência que acumulou, ele, que foi ressuscitado por Camões lá por mil quinhentos e pouco, pode saber disso melhor do que eu. Apesar do fora que lhe deu Tétis.

4º Dar o lugar a uma pessoa idosa em ônibus, a uma mulher grávida... Meu Deus do céu, é tão fácil perceber que não se precisa de lei para que o sofrimento humano comova pessoas bem-educadas! Podem ser raras, mas ainda se encontram pessoas que mantêm tal comportamento.

5º Essa reflexão ocorre-me porque ontem encontrei um senhor que tinha passado dos sessenta, presumo. Ele praticava *cooper* com a desenvoltura de um adolescente. Pernas firmes, peito inflado, glúteos contraídos e a coluna reta. Foi seu garbo de atleta que o fez notado. Não fossem os cabelos grisalhos, eu diria que se tratava de um campeão de levantamento de peso.

6º Minha surpresa foi vê-lo entrar na loja, onde eu esperava na fila para pagar uma conta, passar por todos nós e exigir do caixa o atendimento imediato. "Sou idoso", ele argumentou. "É direito meu". O caixa hesitou, olhou para a fila e ergueu os ombros como quem diz: "E agora? O que faço?".

7º Na minha frente, um jovem, com seus vinte e cinco anos, penava uma espera atroz, principalmente para ele, que, fisicamente, parecia bem mal. Pálido, de muletas, uma perna sem encostar no piso, a perna engessada. O idoso bateu com a mão espalmada no balcão e trovejou: "Direito é direito! Então o senhor não sabe?". O pobre do caixa sabia, mas contava atender logo o jovem que parecia estar sofrendo muito. Enfim, resolveu-se pelo cumprimento da lei.

8º Às vezes, o detentor de um direito torna-se arrogante. Ele não entende o espírito da lei nem imagina que o legal, muitas vezes, pode ser imoral.

9º Se a lei nasceu da necessidade de se impor um tipo de solidariedade, uma conduta bem-educada, para aliviar o sofrimento humano, parece que ela, cega como é, nem sempre atinge seu objetivo.

Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/cultura>>. Acesso em: 23 jan. 2017. [Adaptado]

GLOSSÁRIO:

Adamastor: figura mitológica grega citada na *Odisseia*, de Homero, na *Eneida*, de Virgílio, e em *Os Lusíadas*, de Camões.

Camões: poeta português do século XVI.

Tétis: deusa grega das águas, amada por Adamastor.

01. É intenção comunicativa principal do texto

- A) relatar um episódio rotineiro de flagrante falta de sensibilidade das pessoas.
- B) relatar um episódio de flagrante desrespeito a direitos básicos previstos na lei brasileira.
- C) criticar a relação entre a civilidade e a barbárie dos cidadãos brasileiros diante de idosos.
- D) criticar a relação entre o propósito e a aplicabilidade de uma lei na vida concreta.

02. O título torna-se coerente devido

- A) à linguagem ambígua que se emprega, de modo predominante, no texto.
- B) ao tom irônico que se manifesta em relação ao episódio apresentado no texto.
- C) ao uso reiterado, no texto, de expressões depreciativas.
- D) à presença, no texto, de características do gênero discursivo crônica.

03. A progressão temática do texto está corretamente descrita em:

- A) do 1º ao 5º parágrafos, o autor apresenta o problema; do 6º ao 8º, ilustra com um fato; e, no 9º, posiciona-se em relação ao problema apresentado.
- B) do 1º ao 5º parágrafos, o autor apresenta o problema; do 6º ao 7º, ilustra com um fato; e, do 8º ao 9º, posiciona-se em relação ao problema apresentado.
- C) do 1º ao 4º parágrafos, o autor apresenta o problema; do 5º ao 8º, ilustra com um fato; e, no 9º, posiciona-se em relação ao problema apresentado.
- D) do 1º ao 4º parágrafos, o autor apresenta o problema; do 5º ao 7º, ilustra com um fato; e, do 8º ao 9º, posiciona-se em relação ao problema apresentado.

04. No texto, os parágrafos 5º, 6º, 7º e 8º

- A) não poderiam ser reorganizados em apenas um parágrafo, nem mesmo com pequenas alterações, porque apresentam, cada um, ideia central explícita, correspondente ao último período.
- B) poderiam, mantendo-se a coerência, ser reorganizados, com pequenas alterações, em apenas um parágrafo, e o parágrafo 8º funcionaria como ideia central, ocupando qualquer posição nesse novo parágrafo.
- C) não poderiam ser reorganizados em apenas um parágrafo, nem mesmo com pequenas alterações, porque apresentam, cada um, ideia central explícita, correspondente ao primeiro período.
- D) poderiam, mantendo-se a coerência, ser reorganizados, com pequenas alterações, em apenas um parágrafo, e o parágrafo 8º funcionaria como ideia central, ocupando a posição inicial ou final desse novo parágrafo.

05. No que se refere à inter-relação dos parágrafos por meio de mecanismos coesivos, é correto afirmar:

- A) entre o 5º e o 6º parágrafos, a inter-relação se dá por retomada de informações.
- B) entre o 4º e o 5º parágrafos, a inter-relação se dá por acréscimo de informações.
- C) entre o 8º e o 9º parágrafos, a inter-relação se dá por acréscimo de informações, estabelecendo-se uma relação de condição.
- D) entre o 2º e o 3º parágrafos, a inter-relação se dá por retomada de informações, estabelecendo-se uma relação de contraposição.

As questões 06 e 07 referem-se ao 8º parágrafo, reproduzido a seguir.

Às vezes, o detentor de um direito torna-se arrogante. Ele não entende o espírito da lei nem imagina que o legal, muitas vezes, pode ser imoral.

06. Entre os dois períodos, está implícita uma relação semântica de
- A) contraposição, que poderia ser explicitada pelo uso de “entretanto”.
 - B) explicação, que poderia ser explicitada pelo uso de “porque”.
 - C) adição, que poderia ser explicitada pelo uso de “mas também”.
 - D) concessão, que poderia ser explicitada pelo uso de “conquanto”.
07. No segundo período, há relação de
- A) coordenação entre as duas primeiras orações.
 - B) subordinação entre as duas primeiras orações.
 - C) coordenação entre todas as orações.
 - D) subordinação entre todas as orações.
08. No trecho que compreende os parágrafos 5º, 6º e 7º, predominam os tipos textuais
- A) argumentativo e explicativo.
 - B) explicativo e narrativo.
 - C) descritivo e argumentativo.
 - D) narrativo e descritivo.
09. As citações do discurso alheio presentes nos parágrafos 6º e 7º
- A) apresentam-se sob forma direta e imprimem autenticidade às falas de pessoas envolvidas na situação.
 - B) apresentam-se sob forma indireta e imprimem autenticidade às falas de pessoas envolvidas na situação.
 - C) apresentam-se sob forma direta e se constituem como paráfrases de falas de pessoas envolvidas na situação.
 - D) apresentam-se sob forma indireta e se constituem como paráfrases de falas de pessoas envolvidas na situação.
10. A linguagem empregada no texto é caracterizada, **dominantemente**, pela
- A) conotação, com ocorrência de construções linguísticas denotativas.
 - B) denotação, com ocorrências de construções linguísticas conotativas.
 - C) impessoalidade, que se revela nas marcas verbais e pronominais de quem apresenta o episódio.
 - D) pessoalidade, que se revela no uso reiterado de adjetivos avaliativos na apresentação do episódio.
11. A variedade linguística dominante no texto apresenta-se, **simultaneamente**,
- A) informal e caracterizada por regionalismo.
 - B) tensa e caracterizada por formalidade.
 - C) descontraída e tendente à norma-padrão.
 - D) sofisticada e tendente à erudição.

12. Considere o trecho:

Somos tão civilizados, nós, os brasileiros, **que** (1) simples questões de boa educação, costume na maioria dos países civilizados, entre nós têm de se tornar lei para que sejam observadas. E a lei, ah! essa é outra história, a lei atropela indivíduos, **que** (2) ela não quer e não pode ver.

Parece **que** (3) a boa educação, entre nós, precisa ser empurrada goela abaixo e à força. Às vezes, com marreta, malho, tacape e o **que** (4) mais for necessário para que desça.

Os elementos linguísticos destacados classificam-se, **respectivamente**, como

- A) conjunção, conjunção, pronome e pronome.
- B) pronome, conjunção, pronome e conjunção.
- C) pronome, pronome, conjunção e conjunção.
- D) conjunção, pronome, conjunção e pronome.

13. Considere o período:

Se a **lei** nasceu da necessidade de se impor um tipo de solidariedade, uma conduta bem-educada, para aliviar o sofrimento humano, parece que ela, cega como é, nem sempre atinge seu objetivo.

Pluralizando-se o elemento linguístico destacado, o período, em conformidade com as convenções da norma-padrão, deve, **necessariamente**, apresentar as seguintes alterações:

- A) Se **as leis nasceram** da necessidade de se impor um tipo de solidariedade, uma conduta bem-educada, para **aliviarem** o sofrimento humano, **parecem** que **elas, cegas** como **são**, nem sempre **atingem seus objetivos**.
- B) Se **as leis nasceram** da necessidade de se impor um tipo de solidariedade, uma conduta bem-educada, para aliviar o sofrimento humano, parece que **elas, cegas** como **são**, nem sempre **atingem** seu objetivo.
- C) Se **as leis nasceram** da necessidade de se **imporem** um tipo de solidariedade, uma conduta bem-educada, para aliviar o sofrimento humano, parece que **elas, cegas** como **são**, nem sempre **atingem** seu objetivo.
- D) Se **as leis nasceram** da necessidade de se **imporem** um tipo de solidariedade, uma conduta bem-educada, para **aliviarem** o sofrimento humano, **parecem** que **elas, cegas** como **são**, nem sempre **atingem seus objetivos**.

14. Considere o período:

Na minha frente, (1ª) um jovem, (2ª) com seus vinte e cinco anos, (3ª) penava uma espera atroz, (4ª) principalmente para ele, (5ª) que, (6ª) fisicamente, (7ª) parecia bem mal.

Tomando como referência as convenções da norma-padrão, as vírgulas presentes no período são

- A) obrigatórias, excetuando-se a segunda, a quarta e a quinta.
- B) facultativas, excetuando-se a primeira e a sétima.
- C) justificáveis, visto que segmentam partes constituintes do período.
- D) dispensáveis, visto que podem ser excluídas sem alterar o sentido do período.

15. Considere o período:

Minha surpresa foi vê-lo **entrar** (1º) na loja, onde eu esperava na fila para **pagar** (2º) uma conta, **passar** (3º) por todos nós e **exigir** (4º) do caixa o atendimento imediato.

O sujeito dos verbos em destaque é o mesmo nos

- A) segundo e quarto casos.
- B) primeiro, segundo e terceiro casos.
- C) segundo e terceiro casos.
- D) primeiro, terceiro e quarto casos.

16. Considere as palavras em destaque no trecho:

Dar o lugar a uma pessoa idosa em **ônibus** (1ª), a uma mulher grávida... Meu Deus do **céu** (2ª), é tão **fácil** (3ª) perceber que não se precisa de lei para que o sofrimento humano comova pessoas bem-educadas! Podem ser raras, mas ainda se encontram pessoas que **mantêm** (4ª) tal comportamento.

O acento gráfico é utilizado **não apenas** para sinalizar a tonicidade na

- A) quarta palavra.
- B) primeira palavra.
- C) segunda palavra.
- D) terceira palavra.

17. Em um órgão público, o chefe de um setor solicita a um funcionário a narração escrita de um fato ocorrido. Para atender, de modo coerente, à solicitação do chefe, esse funcionário deve produzir

- A) um memorando.
- B) um relatório.
- C) uma portaria.
- D) uma procuração.

18. Ao redigir um ofício, o secretário de um órgão público utilizou a seguinte construção:

Aproveitamos o ensejo para reafirmar a V.Sa. nossos protestos de estima e apreço.

Em um ofício, essa construção faz parte

- A) do fecho, mas essa redação é considerada em desuso.
- B) da introdução, e a redação é considerada de uso corrente.
- C) do cabeçalho, e a redação é considerada de uso corrente.
- D) da identificação, mas essa redação é considerada em desuso.

19. Considere a seguinte introdução de um documento oficial:

Realizou-se, no Salão Nobre do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, a Reunião do Conselho Judiciário Estadual, sob a presidência do Presidente do Tribunal de Justiça, desembargador João Guimarães Rosa, com o propósito de discutir as ações para promover a agilidade na tramitação de processos judiciais. Presentes o Senhor Juiz Titular da comarca de Natal, Joaquim Maria Machado de Assis, e a Senhora Juíza da Comarca de Mossoró, Clarice Lispector. Havendo número regimental, o Senhor Presidente do Tribunal de Justiça declarou abertos os trabalhos [...]

Esse trecho é ilustrativo de um documento denominado

- A) circular, mas faltam-lhe o título e o vocativo.
- B) ata, mas falta-lhe o localizador espacial.
- C) circular, mas falta-lhe o título.
- D) ata, mas faltam-lhe os localizadores temporais.

20. O vocativo é parte integrante de alguns gêneros discursivos da redação oficial, entre eles

- A) a certidão.
- B) o ofício.
- C) a portaria.
- D) o edital.

21. A rede social LinkedIn, fundada em 2002, tem como um dos seus principais diferenciais permitir que qualquer pessoa estabeleça uma rede de contatos profissionais. Entre uma das principais funcionalidades, está a possibilidade de submissão de currículos para diversas vagas registradas na plataforma. Um dos requisitos para submissão de arquivos é que o currículo seja, exclusivamente, em formato
- A) Word e tenha menos de 10 MB.
 - B) PDF ou Word e tenha menos de 10MB.
 - C) PDF e tenha menos de 5MB.
 - D) Word ou PDF e tenha menos de 5 MB.
22. Ao utilizar computadores públicos ou que sejam acessados por diversas pessoas, é fundamental manter a privacidade da navegação, evitando que o navegador salve o histórico ou o que foi baixado pelo usuário por meio da ativação da navegação anônima. Para ativar esse tipo de navegação no Google Chrome, versão 27 e posteriores, deve-se utilizar o atalho:
- A) Shift + N
 - B) Shift + P
 - C) Ctrl + Shift + N
 - D) Ctrl + Shift + A
23. Pragas virtuais têm se tornando uma grande ameaça à sociedade conectada de hoje. Existem pragas que podem roubar senhas dos usuários e até inutilizar o próprio equipamento, seja um computador, um *tablet* ou um telefone celular. Um tipo de praga/ataque é caracterizado pela tentativa de enganar os usuários por intermédio de mensagens falsas ou de *websites* que imitam *sites* acessados por eles, objetivando capturar senhas e outras informações. Essa praga é denominada
- A) *worms*.
 - B) *rootkit*.
 - C) *phishing*.
 - D) *trojan*.
24. Na instalação padrão do *software* de correio eletrônico Microsoft Outlook 2016, instalado no Windows 10 Professional, ambos com idioma PT-BR, a pasta *p*, que contém os arquivos de dados do Outlook, fica localizada no diretório:
- A) unidade:\Windows\\AppData\Local\Microsoft\Outlook
 - B) unidade:\Windows\\Microsoft\Outlook
 - C) unidade:\Usuários\\Office\Microsoft\Outlook
 - D) unidade:\Usuários\\AppData\Local\Microsoft\Outlook

Para responder as questões 25 e 26, considere o fragmento de texto a seguir.

-
- 2 Direito constitucional é o ramo do direito público interno dedicado à análise e interpretação das normas constitucionais. Na perspectiva contemporânea, tais normas
4 são compreendidas como o ápice da pirâmide normativa de uma ordem jurídica, consideradas leis supremas de um Estado soberano e têm por função regulamentar e
6 delimitar o poder estatal, além de garantir os direitos considerados fundamentais. O direito constitucional aborda ainda as normas de organização e funcionamento do
8 Estado, do ponto de vista de sua constituição política.
-

Disponível em: < https://pt.wikipedia.org/wiki/Direito_constitucional >. Acesso em: 9 abr. 2017.

25. Utilizando o Word 2016, para o Windows 10, ambos na versão PT-BR, com o objetivo de aplicar uma formatação específica de fonte na palavra *contemporânea*, na linha 2, pode-se clicar

- A) três vezes com o botão esquerdo do mouse e, depois, pressionar as teclas Ctrl + F.
- B) duas vezes com o botão esquerdo do mouse e, depois, pressionar as teclas Ctrl + D.
- C) duas vezes com o botão direito do mouse e, depois, pressionar as teclas Ctrl + F.
- D) uma vez com o botão direito do mouse e, depois, pressionar as teclas Ctrl + D.

26. Considere o período a seguir:

“Na perspectiva contemporânea, tais normas são compreendidas como o ápice da pirâmide normativa de uma ordem jurídica, consideradas leis supremas de um Estado soberano e têm por função regulamentar e delimitar o poder estatal, além de garantir os direitos considerados fundamentais.”

Utilizando o Libreoffice Writer, versão 5, para o Ubuntu 14.4, com o idioma PT-BR, a fim de formatar esse período em negrito, pode-se clicar

- A) duas vezes com o botão esquerdo em qualquer parte da frase e pressionar as teclas Ctrl+B.
- B) três vezes com o botão direito em qualquer parte da frase e pressionar as teclas Ctrl+N.
- C) três vezes com o botão esquerdo em qualquer parte da frase e pressionar as teclas Ctrl+B.
- D) duas vezes com o botão direito em qualquer parte da frase e pressionar as teclas Ctrl+N.

27. O mecanismo de busca do Google permite procurar, rapidamente, por páginas na Internet. Assim, considerando o crescimento exponencial de informações nessa rede, consegue-se reduzir, drasticamente, o tempo de busca bem como melhorar o resultado das pesquisas. Suponha que você necessite buscar documentos do tipo PDF contendo a expressão "*Ministério Público*", exceto os que contenham, em seu conteúdo, a palavra "*crime*". Para isso, o critério de busca que você pode utilizar é:

- A) Ministério+Público pdf crime
- B) "Ministério Público" filetype:pdf ex:crime
- C) "Ministério Público" filetype:pdf -crime
- D) Ministério+Público file:pdf "crime"

28. Objetivando-se enviar informações por meio de uma rede de computadores, é necessário organizar esse processo de comunicação por meio de protocolos. Esses protocolos estabelecem regras para diversos tipos de aplicações e envio de mensagens. Para que seja possível usar navegadores na internet e enviar *e-mails*, são utilizados, respectivamente, os protocolos

- A) HTTP e FTP.
- B) HTTP e SMTP.
- C) NTP e IRC.
- D) NTP e SSH.

29. Usuários de sistemas operacionais baseados em Linux fazem uso dos diversos programas disponibilizados com a distribuição utilizada. O aplicativo Terminal permite abrir um prompt de comando a fim de que sejam digitados comandos para operação do sistema. Com o intuito de criar um arquivo do tipo *archive* contendo todos os arquivos do tipo txt em um determinado diretório, no Ubuntu 16.04 LTS, utiliza-se o comando:

- A) `bkp -f backup .txt`
- B) `tar -cvf backup.tar *.txt`
- C) `cpio -o *.txt > backup.io`
- D) `dd if=*.txt of=backup.dd`

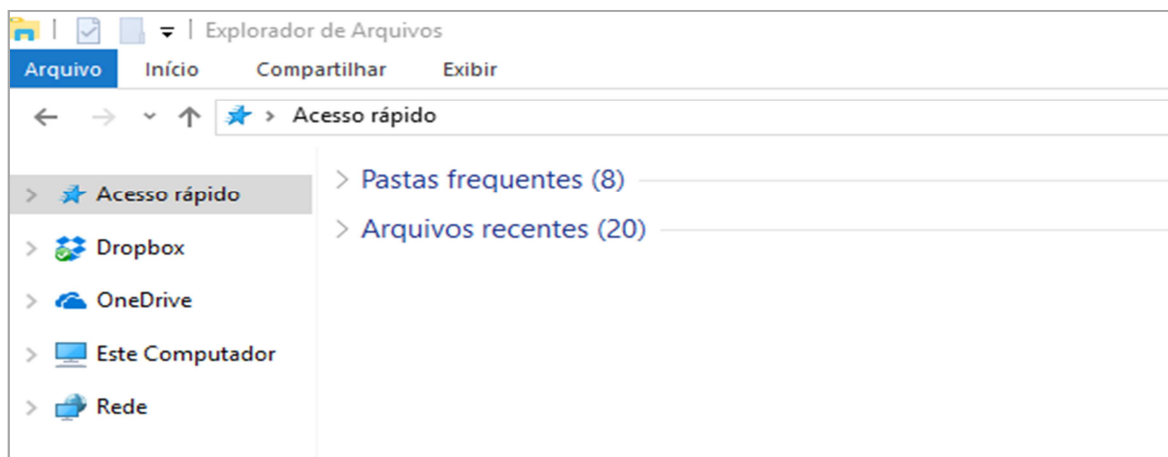
30. O aplicativo Impress do suíte de escritório LibreOffice 5 permite exportar apresentações em formato HTML que podem ser integradas em páginas Web. Ao exportar uma apresentação, o usuário cria uma folha de estilo CSS e deve escolher a publicação do tipo

- A) ScreenCast.
- B) Manual.
- C) WebCast PHP.
- D) Automática.

Para responder as questões 31 e 32, considere a seguinte planilha elaborada utilizando-se o Excel 2016 para o Windows 10, ambos na versão PT-BR.

	A	B	C	D	E	F	G
1	Escola Municipal Messias Targino						
2	1º Ano do Ensino Médio						
3	Aluno	João Roberto FONSECA Lima					
4		Notas					
5	Disciplina	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	Média	Situação
6	Língua Portuguesa	4	5,5	8	6	5,88	Reprovado
7	Matemática	6	7	8	9	7,50	Aprovado
8	História	6,6	5,4	4,3	7	5,83	Reprovado
9	Geografia	8	9	7	7,2	7,80	Aprovado
10	Língua Inglesa	4,5	6,4	3,7	4,5	4,78	Reprovado
11	Química	4,6	7,4	8,5	4,5	6,25	Reprovado
12	Física	6	7,5	3,5	5,6	5,65	Reprovado
13	Biologia	8,5	4,5	3,2	10	6,55	Reprovado
14	Educação Física	3	6	7	5	5,25	Reprovado

31. Considerando que, na célula G15, tem-se a fórmula =SOMASE(G6:G14;G8;F6:F14)/CONT.SE(G6:G14;G10), o resultado a ser exibido, quando essa fórmula for processada, é
- A) 6,34. B) 5,74. C) 7,65. D) 5,53.
32. Para aplicar o estilo apresentado nas células de F6:F14, é utilizado o recurso de Formatação Condicional do tipo
- A) Barra de Dados. C) Regra de Realce.
 B) Escala de Cor. D) Conjunto de Ícones.
33. Considere a seguinte imagem do aplicativo Windows Explorer, do Windows 10 PT-BR.



Utilizando-se o botão esquerdo do mouse para Mapear uma Unidade de Rede no aplicativo ilustrado na imagem, pode-se seguir os passos:

- A) Clicar no Ícone Este Computador → Clicar no Menu Arquivo → Clicar em Adicionar Unidade de Rede
- B) Clicar no Ícone de Rede → Clicar no Menu Rede → Clicar em Mapear Unidade de Rede
- C) Clicar no Ícone Rede → Clicar no Menu Início → Clicar em Adicionar Unidade de Rede
- D) Clicar no Ícone Este Computador → Clicar no Menu Computador → Clicar em Mapear Unidade de Rede

34. O ano de 2017 tem sido marcado por vários eventos comemorativos do 2º centenário da chamada “Revolução Pernambucana”, movimento que ocorreu no Nordeste em 1817. A capitania do Rio Grande do Norte aderiu a esse levante, que
- A) pretendia a proclamação da independência de capitanias do Nordeste, as quais formariam uma república.
 - B) contou com decisiva adesão das classes populares, os quais buscavam realizar uma reforma agrária na região, pondo fim ao sistema latifundiário.
 - C) planejava unificar Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, cujo governo ficaria nas mãos do Padre Miguelinho, notório defensor das ideias liberais.
 - D) teve a participação de grande número de padres, os quais propuseram leis com vistas a diminuir a influência da maçonaria na nascente república.
35. Quando se analisam as relações entre o poder central (imperial) e o poder local (provincial) durante o período regencial, observa-se que, no Rio Grande do Norte, esse período foi caracterizado pela
- A) integração entre o poder central e os políticos da província, sobretudo no espaço das Câmaras Municipais, tradicional reduto dos potentados locais.
 - B) indicação de presidentes para a província ligados às facções políticas norte-rio-grandenses, facilitando as relações entre o poder imperial e as elites locais.
 - C) nomeação de políticos de fora para a presidência da província, como estratégia do poder central para assegurar a manutenção da defesa dos interesses do Rio de Janeiro.
 - D) valorização da Guarda Nacional, que se tornou o principal espaço de integração entre o poder imperial, os presidentes da província e a elite local, a qual compunha esse corpo militar.
36. No Brasil, durante a década de 1970, quando o poder estava sob o comando dos militares, o quadro político do Rio Grande do Norte foi marcado pela chamada “Paz Pública”, que significou
- A) a aproximação de Tarcísio Maia com a oposição no Estado, fazendo aliança com Aluísio Alves, que estava com os direitos políticos suspensos, mas muito atuante nos bastidores da política.
 - B) a convergência dos interesses da ARENA, partido que dava sustentação política aos militares, e do MDB, partido da oposição, na indicação de Cortez Pereira para o governo do Estado.
 - C) a aglutinação política dos partidários da ARENA/Dinarte Mariz e MDB/Aluísio Alves, conseguida pelo governador Cortez Pereira, a partir dos seus projetos desenvolvimentistas para o estado.
 - D) a construção de um consenso entre as lideranças arenistas no Estado, uma vez anulada a atuação de Aluísio Alves, que teve seus direitos políticos cassados nessa época.
37. Representantes do poder público e empresários do setor produtivo reuniram-se em Natal para discutir possibilidades de incentivos fiscais aos produtores de frutas, pois a exportação desse produto tem forte participação na balança comercial do Rio Grande do Norte. As frutas que integram a referida exportação são:
- A) melão, banana, manga e melancia.
 - B) banana, manga, melancia e cajá.
 - C) melão, banana, manga e mangaba.
 - D) banana, mangaba, melancia e cajá.

38. A Região Metropolitana de Natal foi instituída em 16/01/1997, originalmente, composta por seis municípios. Posteriormente, alterações se deram em sua composição, e outros municípios foram incluídos. Na atualidade, os quatorze municípios, que integram a Região Metropolitana de Natal, são:
- A) Arês, Ceará-Mirim, Extremoz, Goianinha, Ielmo Marinho, Macaíba, Maxaranguape, Monte Alegre, Natal, Nísia Floresta, Nova Cruz, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, São José do Mipibu.
 - B) Arês, Ceará-Mirim, Extremoz, Goianinha, Ielmo Marinho, Macaíba, Maxaranguape, Monte Alegre, Natal, Nísia Floresta, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, São José do Mipibu, Vera Cruz.
 - C) Arês, Ceará-Mirim, Extremoz, Goianinha, Ielmo Marinho, Macaíba, Monte Alegre, Natal, Nísia Floresta, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, São José do Mipibu, Touros, Vera Cruz.
 - D) Arês, Bom Jesus, Ceará-Mirim, Extremoz, Goianinha, Ielmo Marinho, Macaíba, Monte Alegre, Natal, Nísia Floresta, Nova Cruz, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, São José do Mipibu.

Legislação do Ministério Público do Rio Grande do Norte

39 a 45

39. O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais. Para o cumprimento, por parte da instituição, de seus deveres Constitucionais e legais, a lei Orgânica do Ministério Público do Rio Grande do Norte prevê que
- A) restringe-se a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Ministério Público ao controle externo exercido pelo Poder Legislativo.
 - B) as decisões do Ministério Público, fundadas em sua autonomia funcional, administrativa e financeira, obedecidas as formalidades legais, têm eficácia e executoriedade dependentes de homologação do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado.
 - C) o órgão, dentro dos limites estabelecidos na lei, elaborará sua proposta orçamentária, de diretrizes orçamentárias, encaminhando-a diretamente ao Governador do Estado, que a aprovará.
 - D) ocorre por ato do Procurador-Geral de Justiça o provimento, a aposentadoria, a exoneração, a demissão, a concessão de vantagens e a aplicação de penalidades inerentes aos cargos de carreira e dos serviços auxiliares previstos em lei.
40. A Corregedoria Geral do Ministério Público é o órgão de orientação, organização, inspeção, disciplina e fiscalização das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público. De acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público do Rio Grande do Norte, o Corregedor Geral de Justiça é
- A) membro nato do Colégio de Procuradores de Justiça e do Conselho Superior do Ministério Público.
 - B) eleito pelo Colégio de Procuradores, dentre os Procuradores de Justiça, para mandato de dois anos, vedada sua recondução.
 - C) assessorado por Promotores de Justiça de 3ª entrância por ele designados, nominados Promotores-Corregedores.
 - D) substituído, em ausências superiores a 60 dias, pelo Procurador de Justiça mais antigo no cargo, desde que esteja no pleno gozo de sua função pública.

41. O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte tem, além das incumbências previstas nas Constituições Federal e Estadual, outras funções institucionais, entre as quais verifica-se a possibilidade de
- A) manifestar-se nos processos em que sua presença seja obrigatória por lei e, ainda, quando cabível a intervenção, para assegurar o exercício de suas funções institucionais, desde que em primeiro grau de jurisdição.
 - B) impetrar *habeas corpus*, *habeas data*, mandado de injunção e mandado de segurança quando o fato disser respeito à sua área de atribuições funcionais.
 - C) defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas, à exceção dos relativos às terras por elas tradicionalmente habitadas, de competência do Ministério Público Federal.
 - D) ingressar em juízo, quando provocado, para responsabilizar os gestores do dinheiro público condenados pelo Tribunal de Contas do Estado.
42. Os Centros de Apoio Operacional são órgãos auxiliares da atividade funcional do Ministério Público, competindo-lhes
- A) apresentar ao Procurador-Geral de Justiça propostas e sugestões para a edição de atos e instruções, com caráter normativo, tendentes à melhoria do serviço do Ministério Público.
 - B) promover o levantamento periódico das necessidades materiais das Promotorias, adotando as providências necessárias para supri-las.
 - C) remeter informações técnico-jurídicas, com caráter vinculativo, aos órgãos ligados à sua atividade funcional.
 - D) zelar pelo cumprimento das obrigações do órgão, desde que decorrentes de resolução do Colégio de Procuradores.
43. O servidor público do Estado do Rio Grande do Norte tem regime jurídico próprio para fins de estabilidade e promoção. Dessa forma, em consonância com a Legislação estadual,
- A) o servidor, quando reprovado em estágio probatório, é exonerado, devendo ser aproveitado em outro cargo na Administração Pública.
 - B) a promoção realiza-se pelos critérios da antiguidade de classe e do merecimento, a começar pelo primeiro, dividindo-se meio a meio os cargos da classe final.
 - C) o servidor estável só perde o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.
 - D) a estabilidade no serviço público ocorre após um ano de efetivo exercício do servidor empossado em cargo de provimento efetivo e confirmado no estágio probatório.
44. A remuneração do servidor público do Estado do Rio Grande do Norte tem seu regramento específico previsto na Lei Complementar estadual 122/1994, a qual dispõe que
- A) as indenizações incorporam-se ao vencimento ou aos proventos para efeitos de aposentadoria e benefícios previdenciários.
 - B) as vantagens pecuniárias sob o mesmo título ou idêntico fundamento não são computadas, nem acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores.
 - C) as gratificações e os adicionais de caráter permanente incorporam-se ao vencimento e ao provento, independente de regulação.
 - D) as gratificações concedidas em função do desempenho de servidores em determinadas áreas e do desenvolvimento de suas atividades não se incorporam à sua remuneração, sendo consideradas de caráter geral.

45. A reparação por danos ao erário público causados pelo servidor é persecução fundamental para a manutenção da saúde financeira do ente público e vinculada ao cumprimento dos princípios da Administração Pública. Dessa maneira, a reparação deve ser prioridade da Administração. Nesse contexto,
- A) em se tratando de prejuízo resultante de dolo, a indenização é liquidada pelo desconto de parcelas mensais não superiores à vigésima parte da remuneração.
 - B) no caso de ato comissivo, desde que doloso, praticado no desempenho do cargo, função ou emprego, que cause prejuízo ao erário público, haverá responsabilidade civil.
 - C) em se tratando dano causado a terceiro, o servidor responde perante a Fazenda Pública em ação regressiva.
 - D) no caso de obrigação de indenizar, esta estende-se aos sucessores e contra eles é executada até o adimplemento integral do prejuízo ao erário público.

Noções de Direito Administrativo e Administração Pública

46 a 65

46. A lei 8.112/90, que trata do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, estabelece os requisitos para investidura e as formas de provimento em cargo público. Considerando os termos dessa lei, analise as afirmativas a seguir:

I	A nacionalidade brasileira não é um requisito básico para a investidura em cargos públicos, por isso universidades podem prover seus cargos com professores estrangeiros.
II	A nomeação, a promoção e a reversão são formas de provimento de cargo público, sendo que a nomeação pode ser realizada em caráter efetivo ou em comissão.
III	A nomeação, a promoção e a remoção são formas de provimento de cargo público, sendo que a nomeação pode ser realizada em caráter efetivo ou em comissão.
IV	A nacionalidade brasileira é um requisito básico para a investidura em cargos públicos, mas universidades podem prover seus cargos com professores estrangeiros.

Dentre as afirmativas, estão corretas

- A) I e II.
 - B) I e III.
 - C) II e IV.
 - D) III e IV.
- 47 O servidor público civil da União possui direitos e vantagens previstos em lei. Nesse contexto, de acordo com o regime jurídico previsto na lei 8.112/90, o vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei. Além do vencimento, são vantagens que poderão ser pagas ao servidor:
- A) colaborações, gratificações e adicionais, incorporando-se apenas os adicionais ao vencimento ou provento, salvo se determinado pelo chefe do executivo.
 - B) indenizações, gratificações e adicionais, incorporando-se todas elas ao vencimento ou provento, nos casos e nas condições indicados em lei.
 - C) colaborações, indenizações, e adicionais, incorporando-se as colaborações ao vencimento ou provento, salvo se determinado pelo chefe do executivo.
 - D) indenizações, gratificações e adicionais, sendo que apenas as gratificações e os adicionais incorporam-se ao vencimento ou provento, nos casos e nas condições indicados em lei.

48. O regime jurídico do servidor público civil da União, previsto na lei 8.112/90, impõe deveres e proibições ao servidor. Tendo como referência o texto legal, analise as afirmativas a seguir:

I	É dever do servidor cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais.
II	O servidor deverá guardar sigilo sobre assunto da repartição e zelar pela economia do material.
III	É permitido ao servidor manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil.
IV	A vedação de acumulação remunerada de cargos públicos não se estende a funções em sociedade de economia mista da União.

Dentre as afirmativas, estão corretas

A) III e IV. B) II e III. C) I e IV. D) I e II.

49. O servidor público civil da União responderá civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições. Nessas circunstâncias,

- A) a responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.**
- B) a responsabilidade civil decorre apenas de ato comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.**
- C) a responsabilidade penal abrange os crimes e as contravenções, sendo que a sanção penal exclui a de caráter administrativo.**
- D) a responsabilidade penal abrange apenas os crimes imputados ao servidor, sendo as contravenções apuradas somente na esfera administrativa.**

50. Os poderes inerentes à Administração Pública são necessários para que ela sobreponha a vontade da lei à vontade individual, o interesse público ao privado. Nessa perspectiva,

- A) no exercício do poder disciplinar, são apuradas infrações e aplicadas penalidades aos servidores públicos sempre por meio de procedimento em que sejam asseguradas a ampla defesa e o contraditório.**
- B) no exercício do poder normativo, são editados decretos regulamentares estabelecendo normas *ultra legem*, inovando na ordem jurídica para criar direitos e obrigações.**
- C) o poder de polícia, apesar de possuir o atributo da coercibilidade, carece do atributo da autoexecutoriedade, de modo que a Administração Pública deve sempre recorrer ao judiciário para executar suas decisões.**
- D) o poder conferido à Administração Pública é uma faculdade que a Constituição e a lei colocam à disposição do administrador, que o exercerá de acordo com sua livre convicção.**

51. Improbidade administrativa pode ser definida como atuação contrária à honestidade e à correção de atitude, sendo também chamada de corrupção administrativa. Com relação aos atos de improbidade administrativa, matéria regulada pela lei 8.429/92,

- A) utilizar em serviço particular o trabalho de terceirizado da administração direta não configura ato de improbidade administrativa.**
- B) o servidor público pode ser responsabilizado por atos de improbidade administrativa, sendo vedado o enquadramento dos demais agentes na referida lei.**
- C) o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações da lei até o limite do valor da herança.**
- D) negar publicidade aos atos oficiais, embora seja considerado ato ofensivo aos princípios da administração pública, não constitui ato de improbidade administrativa.**

- 52.** Entre os princípios informadores da licitação, estão o procedimento formal, a publicidade, a igualdade entre os licitantes, a vinculação aos termos do instrumento convocatório e a adjudicação compulsória. Nesse contexto, o princípio da
- A)** adjudicação compulsória não impede que a Administração Pública possa adiar a contratação quando haja motivo para tal.
 - B)** publicidade impede que o conteúdo das propostas seja mantido em sigilo em qualquer momento do procedimento licitatório.
 - C)** vinculação ao instrumento convocatório não se aplica no julgamento das propostas, aplicando-se na etapa inicial da licitação.
 - D)** igualdade entre os licitantes impede que a lei de licitações preveja qualquer critério de desempate.
- 53.** Conforme entendimento da doutrina pátria, licitação é um procedimento integrado por atos e fatos da Administração e atos e fatos do licitante, todos contribuindo para formar a vontade contratual. Com relação às modalidades de licitação previstas na lei 8.666/93,
- A)** a tomada de preços é vedada para contratação de obras e serviços de engenharia de valores até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).
 - B)** o leilão ocorre entre interessados devidamente cadastrados ou que atendam a todas as condições exigidas para o cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
 - C)** o concurso ocorre entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução do seu objeto.
 - D)** a Administração poderá utilizar a tomada de preços nos casos em que couber convite e, nos casos em que couber a tomada de preços e o convite, poderá utilizar a concorrência.
- 54.** Nos termos do art. 37, XXI da Constituição Federal, a realização do procedimento licitatório é a regra para a contratação pela Administração Pública ressalvando, entretanto, a possibilidade de a legislação especificar casos em que a licitação não será realizada. A lei 8.666/93 prevê hipóteses em que haverá dispensa ou inexigibilidade da licitação. Com base nas hipóteses legalmente previstas,
- A)** a inviabilidade de competição é a principal característica dos casos de dispensa de licitação, enquanto as hipóteses de inexigibilidade tratam de situações em que a concorrência é possível.
 - B)** é vedada a dispensa de licitação de obra ou serviço de engenharia, seja qual for o valor da contratação, dada a incompatibilidade da dispensa com a modalidade de licitação.
 - C)** a licitação é inexigível quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento, de modo a viabilizar o atendimento da supremacia do interesse público.
 - D)** é dispensável a licitação para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.

55. O pregão, regido pela lei 10.520/02, é uma modalidade de licitação bastante utilizada pela Administração Pública. Sobre essa modalidade de licitação, analise as afirmativas a seguir:

I	Permite especificações excessivas do objeto da licitação, ainda que limite a competição, dadas as suas peculiaridades.
II	Somente pode ser utilizada para a aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado da contratação.
III	Pode ser realizada por meio de recursos de tecnologia da informação, nos termos de regulamentação específica.
IV	Permite a exigência de garantia da proposta, de modo a preservar o interesse da Administração.

Dentre as afirmativas, estão corretas

- A) I e III. B) II e III. C) I e IV. D) II e IV.**

56 A aprovação em concurso público é condição necessária, prevista na Constituição Federal, para a investidura em cargo ou emprego público. Com relação àqueles que atuam na Administração Pública, analise as afirmativas a seguir:

I	Os empregados públicos, embora sejam submetidos a processo seletivo, são contratados sob o regime da legislação trabalhista.
II	Os servidores públicos estatutários ocupam emprego público, da mesma forma que os servidores temporários.
III	São agentes públicos as pessoas físicas que prestam serviço ao Estado, ainda que a título gratuito e sem vínculo.
IV	Os servidores públicos, após serem aprovados no estágio probatório, não podem ser demitidos a bem do serviço público.

Dentre as afirmativas, estão corretas

- A) II e III. B) I e III. C) I e IV. D) II e IV.**

57. No que toca à responsabilidade civil dos servidores pelos danos causados ao erário, a Constituição Federal prevê, em seu art. 37, §5º., que “a lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento”. Posicionando-se a respeito do tema, o Supremo Tribunal Federal decidiu que

- A) a prescrição das ações de reparação de danos causados à Fazenda Pública deve seguir a regra geral do Código Civil.**
B) somente as reparações decorrentes de atos de improbidade administrativa são prescritíveis.
C) são imprescritíveis todas as ações que objetivem a reparação de danos causados à Fazenda Pública.
D) é passível de prescrição a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil.

58. A Administração Pública, nos termos do art. 37 da Constituição Federal (CF), deve obedecer a certos princípios. Tendo em vista os princípios constitucionais expressos no art. 37, da CF,

- A) a moralidade administrativa, embora seja observada por grande parte dos administradores, não se configura um princípio positivado no ordenamento jurídico brasileiro.**
B) a publicação do nome dos servidores públicos com seus respectivos vencimentos em sítios eletrônicos, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é legítima, haja vista o princípio da publicidade dos atos administrativos.
C) o princípio da legalidade determina que a Administração Pública não pode ser obrigada a fazer ou a deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei.
D) o princípio da impessoalidade, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, possibilita a contratação de parentes de terceiro grau da autoridade nomeante para o exercício de cargo em comissão.

59. A função administrativa é caracterizada por prover de maneira imediata e concreta às exigências individuais ou coletivas de modo a satisfazer os interesses públicos previstos em lei. Para o exercício da função pública, a Administração pratica diversos atos. Com relação a esses atos,
- A) o ato administrativo colegiado será sempre complexo, por decorrer de várias pessoas.
- B) a presunção de legitimidade do ato administrativo impede que sua nulidade seja decretada pelo Poder Judiciário, cabendo à Administração Pública o poder de invalidá-lo ou revogá-lo a qualquer tempo.
- C) a autoexecutoriedade é atributo que permite à Administração Pública compelir materialmente o administrado, satisfazendo sua pretensão jurídica, sem necessidade de buscar previamente as vias judiciais.
- D) o ato administrativo composto é o que resulta da manifestação de dois ou mais órgãos.
60. Os atos administrativos devem obedecer a determinados requisitos – também chamados elementos – para que sejam considerados válidos. Com relação a esses elementos, analise as afirmativas a seguir:

I	A forma é elemento accidental do ato administrativo, de modo que sua ausência não acarreta consequência jurídica.
II	O sujeito é aquele a quem a lei atribui competência para a prática do ato administrativo.
III	O motivo do ato é elemento accidental do ato administrativo e, por vezes, se confunde com a vontade pessoal do agente público.
IV	A finalidade é o resultado que a Administração Pública quer alcançar com a prática do ato administrativo.

Dentre as afirmativas, estão corretas

- A) III e IV. B) II e IV. C) I e III. D) I e II.

61. No desempenho das suas funções, a Administração Pública realiza atos administrativos. Com relação a tais atos, analise as seguintes afirmativas:

I	Em respeito à competência, a lei permite que sejam delegados os atos de caráter normativo.
II	O ato é vinculado quando a lei não deixa opções de atuação ao administrador público.
III	O ato discricionário pressupõe uma margem de liberdade de decisão perante o caso concreto.
IV	A avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior é vedada pela lei.

Em relação aos atos administrativos, estão corretas as afirmativas

- A) I e III. B) I e IV. C) II e III. D) II e IV.

62. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu diversos direitos aos trabalhadores e também aos agentes públicos. Com relação ao direito de greve e de associação sindical dos agentes públicos,
- A) o texto constitucional prevê expressamente o direito de greve e de livre associação sindical ao servidor público, sendo o primeiro norma de eficácia limitada, dependente de lei, e o segundo, autoaplicável.
- B) o texto constitucional prevê que os empregados públicos das empresas públicas devem se sujeitar ao mesmo regime jurídico dos servidores públicos, inclusive com relação ao exercício do direito de greve.
- C) o Supremo Tribunal Federal, em razão da ausência de regulamentação do direito de greve do servidor público, entendeu ser livre o seu exercício, sem qualquer restrição, descabendo punições aos grevistas.
- D) o Supremo Tribunal Federal, em recente julgamento, decidiu que a Administração Pública deve fazer o corte do ponto dos grevistas, asseverando a impossibilidade de acordo para compensação dos dias parados.

63. Os atos administrativos realizados pela Administração Pública no exercício de suas funções podem ser de diversas espécies. Nesse contexto, analise as afirmativas a seguir:

I	A permissão é ato bilateral e vinculado, gratuito, pelo qual a Administração Pública faculta ao particular a execução de serviço público.
II	A autorização é ato unilateral e discricionário pelo qual o Poder Público faculta ao particular o uso privativo de bem público, a título precário.
III	Admissão é ato unilateral e discricionário pelo qual a Administração reconhece ao particular o direito a prestar serviço público.
IV	Homologação é ato unilateral e vinculado pelo qual a Administração Pública reconhece a legalidade de um ato jurídico.

Dentre as afirmativas, estão corretas

- A) I e IV.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- D) II e III.

64. A organização da Administração Pública permite que seja realizada a desconcentração e a descentralização, sendo correto afirmar que

- A) a desconcentração pressupõe a existência de pessoas jurídicas diversas, atuando o Estado de maneira indireta.
- B) a descentralização pressupõe a distribuição de competência entre os diversos órgãos da Administração Pública.
- C) a desconcentração é a distribuição interna de competência administrativa e pode ocorrer de acordo com a matéria, a hierarquia ou o território.
- D) a descentralização é instituto que se refere a uma só pessoa, mantendo-se o liame unificador da hierarquia.

65. O exercício das funções administrativas pode ser realizado pela Administração Pública direta ou indireta. Com relação à administração indireta, analise as afirmativas a seguir.

I	A vedação de acumulação de cargos públicos não se estende às autarquias, já que estas integram a administração indireta.
II	Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de sociedade de economia mista.
III	A vedação de acumulação de cargos públicos estende-se a empregos e funções e abrange sociedades de economia mista e suas subsidiárias.
IV	Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e empresa pública, independentemente de autorização a sociedade de economia mista.

Dentre as afirmativas, estão corretas

- A) I e III.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) II e IV.

66. Os objetivos fundamentais da república brasileira são metas que o Estado deve promover com força vinculante e imediata, servindo como norte a ser seguido em toda e qualquer atividade estatal. Nessa acepção, a Constituição Federal aponta, expressamente, como objetivo fundamental a promoção
- A) do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo e cor.
 - B) de uma sociedade livre, justa e solidária com repúdio ao racismo e ao terrorismo.
 - C) da erradicação da miséria e da marginalização e da redução da desigualdade nacional.
 - D) da autodeterminação dos povos e dos direitos humanos.
67. O Estado Democrático de Direito, conquista da Modernidade, traz intrínseca a ideia de direitos e garantias fundamentais aplicáveis a todos os indivíduos. Nesse sentido, a Constituição brasileira prevê, como direito fundamental, que
- A) nenhum brasileiro será extraditado, mesmo o naturalizado, na hipótese de crime comum, praticado antes da naturalização.
 - B) a prisão civil por dívida está excluída do ordenamento jurídico.
 - C) nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser estendida a seus sucessores.
 - D) a irretroatividade se aplica à seara penal, ainda que em prejuízo do réu.
68. As regras para a aposentadoria do servidor público são diferenciadas. Dessa forma, algumas peculiaridades existem para a devida concessão desse benefício. Atualmente, de acordo com a Constituição Federal, o servidor se aposenta
- A) por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, em qualquer circunstância.
 - B) de forma voluntária, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público, sem idade mínima para a aposentadoria.
 - C) de forma compulsória, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos setenta anos de idade, ou aos setenta e cinco anos de idade, na forma de lei complementar.
 - D) por tempo de serviço, calculados os proventos a partir de seu último salário em atividade, caso seja abrangido pelo regime geral da previdência.
69. O Conselho Nacional do Ministério Público é órgão externo encarregado de controlar e fiscalizar a atuação administrativa, financeira e disciplinar do Ministério Público do Brasil. Sob esse ponto de vista, entre suas atribuições e competências, o Conselho
- A) deve zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências.
 - B) pode rever, apenas quando provocado, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano.
 - C) escolherá, em votação aberta, um Corregedor Nacional, dentre os membros do Ministério Público que o integram, vedada a recondução.
 - D) contará, em sua composição, com um advogado escolhido dentre os membros do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
70. Aos Membros do Ministério Público são conferidas garantias constitucionais, para que eles sirvam à coletividade com segurança e, assim, atinjam a plenitude nos seus importantes misteres constitucionais. Dentre essas garantias, destaca-se a
- A) vitaliciedade, adquirida após dois anos de exercício do cargo.
 - B) independência funcional de seus membros.
 - C) inamovibilidade, mesmo diante de interesse público.
 - D) exclusividade do controle externo da atividade policial.